

BOLETIM IGS BRASIL

ESPECIAL 2021 - PARTE II

ANO 6 N° 1.2 - FEV. 2022



RUMO A GOIANIA: APÓS DOIS ANOS DE PANDEMIA, ENCONTRO NACIONAL OCORRE DE FORMA PRESENCIAL

NEOLIBERALISMO

Leandro Galastri aborda categorias como consenso, coerção e subalternidade para debater o capitalismo na atualidade ao debater as contradições do pensamento liberal e seu conservadorismo.

PÁG. 03

EM CAGLIARI

De 30 de setembro a 3 de outubro do ano passado foi realizado o Convegno Internazionale Gramsci nel Mondo di Oggi, na Itália e reuniu pesquisadores de todas as partes do mundo.

PÁG. 09

EVENTO DO ANO

Após dois anos de pandemia, a IGS se prepara para o IV Encontro Nacional que ocorrerá em Goiânia, de 29 de agosto a 2 de setembro, e reunirá os principais nomes dos estudos gramscianos

PÁG. 10

IV ENCONTRO NACIONAL IGS-BRASIL

GOIÂNIA RECEBERÁ OS PRINCIPAIS NOMES DOS ESTUDOS GRAMSCIANOS EM AGOSTO

Após dois anos da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), em meio a um governo genocida que vitimou mais 600 mil vidas, o ano de 2022 chega com novos e profundos desafios. A luta pela revolução segue em um mundo permeado por opressões desencadeadas pelo sistema capitalista que faz com que caminhemos a passos largos para um colapso ambiental, um panorama de miséria absoluta e de violência extrema contra as populações mais vulneráveis, principalmente nos países periféricos, de economia dependente como o nosso.

É nesse cenário que o IGS-Brasil constrói o seu IV Encontro Nacional, que irá ocorrer em Goiânia, de 29 de agosto a 2 de setembro deste ano, onde também teremos o III Colóquio Internacional Antonio Gramsci (IGS-Brasil), cujo tema é "Filosofia da Práxis e Tradutibilidade: o legado de Antonio Gramsci na América Latina".

O evento será presencial e reunirá os principais nomes nacionais e internacionais dos estudos gramscianos. O objetivo é construir um espaço de diálogo, debates e discussões acadêmico-científicas a partir de conceitos e categorias do marxista sardo, bem como tentar contribuir para a leitura de fenômenos sociais, políticos e econômicos da atualidade no cenário nacional e internacional, em um momento de crise social profunda.

Assim sendo, nesta segunda parte da edição especial do Boletim IGS, trazemos debates sobre categorias gramscianas como consenso, coerção e subalternidade, reflexões sobre o encontro de Guilarza e as seções "Apresentando grupos de pesquisa" e "Rumo ao IV Encontro: Goiânia 2022", e o trabalho que vem sendo feito para fortalecer e popularizar os estudos gramscianos.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

EDIÇÃO

DEISE ROSALIO E MARÍLIA GABRIELLA BORGES

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

HÉVILLA WANDERLEY

COORDENAÇÃO NACIONAL IGS BRASIL (2019-2021)

PRESIDENTE: GIANNI FRESU

SECRETÁRIA: LUCIANA ALIAGA

TESOURARIA: ANA LOLE

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA: CEZAR LUIZ DE MARI

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO: DEISE ROSALIO

ALGUMAS NOTAS SOBRE CONSENSO, COERÇÃO E SUBALTERNIDADE SOB O CAPITALISMO NEOLIBERAL

LEANDRO GALASTRI

PROFESSOR DA UNESP/MARÍLIA



Vários princípios mais ou menos arraigados no senso comum costumam ser fartamente explorados pelo ideário conservador em geral. Exemplos: ser rico ou pobre é uma questão de mérito, ou uma escolha da Providência, ou acaso e aleatoriedade da vida; a criminalidade é um problema de caráter moral individual, ou do bem contra o mal no mundo; a ordem social, seja ela qual for, é uma situação sempre desejável e que interessa a todos, acima de disputas específicas (aqui ficam subentendidas as noções “tradicionais” de família, gênero/sexo, os preconceitos raciais, bem como noções pré-concebidas sobre o lugar e a função que cada um deve ocupar na sociedade); políticos em geral, todos os políticos e toda a “política”, são os culpados por mazelas sociais como o desemprego, a pobreza, o sucateamento dos sistemas de saúde e de educação e, como corolário dessa linha de raciocínio, o único problema social e político verdadeiro é a corrupção; o bom governo é uma questão de ética e “honestidade” pessoais; finalmente, o “egoísmo” é uma característica da “essência” humana.

Séculos de difusão da concepção de mundo liberal, depois liberal-conservadora, pela via do consenso ou da coerção, capilarizada na sociedade na forma de senso comum e valores populares, teceram este “véu da ignorância” – não no sentido neocontratualista de Rawls (2000, p. 26), mas, de todo modo, não necessariamente em sentido menos ruim – sobre as estruturas, os processos e as contradições de classe que se

encontram abaixo da percepção imediata dos fenômenos sociais pelo público em geral. Essa superfície ilusória – mas com efeitos reais – foi transformada em única dimensão social existente com a ajuda das análises sociais idealistas, positivistas, empiricistas, por intelectuais comprometidos com o status quo de todas as épocas. A etapa mais recente do modo de produção capitalista, essa da reestruturação fabril toyotista e do discurso único do pensamento neoliberal, reapresenta e reforça essa concepção de mundo, dessa vez com matizes intensificados.

No Caderno 22, Gramsci identifica quatro características básicas da constituição dos fenômenos do americanismo e fordismo nas primeiras décadas do século XX: elevação dos salários, benefícios sociais, eficaz propaganda política e ideológica e, finalmente, o desmantelamento dos sindicatos pela força policial (GRAMSCI, 2001, p. 247).¹ As três primeiras fazem parte da dimensão do consenso, da obtenção da aprovação ativa ou, pelo menos, da aquiescência da massa dos trabalhadores; a quarta é componente típico da dimensão coercitiva, da submissão pela força física (e, poderíamos acrescentar, também econômica e jurídica) daqueles contingentes que não consentem nem ativa, nem passivamente, ou que poderiam eventualmente não consentir.

De todas essas características, as duas últimas (integrando discurso único político-ideológico e coerção policial, econômica e jurídica) são as que predominam amplamente

nas últimas décadas de imposição do discurso neoliberal. No que concerne aos benefícios sociais (irrisórios, dependendo de que continente se trate) e ganhos salariais, estes soçobraram vítimas do feroz ataque do capital financeiro global por meio de privatizações e mercantilizações de todas as esferas da vida social. Restaram a força física direta (ou indireta, por meio das leis) no desmantelamento da capacidade de organização política dos trabalhadores e a intensa propaganda política e ideológica.

Séculos de difusão da concepção de mundo liberal, depois liberal-conservadora, Esta segunda é, atualmente, a responsável pela construção de um “consentimento” instável, inerte, confuso, contraditório, mas rigidamente enquadrado e disciplinado por bombardeios diuturnos de redes sociais de internet, mídia eletrônica “tradicional” e, como exemplo do caso brasileiro, grandes e pequenos templos cristãos esparramados pelas periferias, metropolitanas ou não. Trata-se da “habilíssima” campanha ideológica, propagada pela mídia monopolista e pela miríade de seitas religiosas de penetração difusa nos espaços sociais subalternos, em torno de dois mitos da época do capitalismo atual: o individualismo “empreendedor” e a enaltecida postura “antipolítica”.

Já é dado notório, por meio de pesquisas acadêmicas várias, que o enorme conjunto de grupos religiosos comumente evangélicos das periferias urbanas acaba funcionando cotidianamente não apenas como alento



espiritual, mas também como verdadeira rede de assistência material de todo tipo a seus congregados, em grande parte pertencentes às classes sociais desassistidas por políticas públicas. Este fato confirma a necessidade de bases materiais mínimas para o consentimento a determinada visão de mundo. Entretanto, a precariedade e insuficiência, ou ainda a não universalidade dessas bases materiais, fazem com que não seja construída hegemonia de fato e tornam indispensáveis a permanente coerção física, econômica e jurídica desses grupos subalternos, tanto quanto indispensável também é a avalanche ideológica do discurso do individualismo neoliberal da atual conjuntura histórica de contrarreformas.²

Esse discurso se torna um tipo de “modo de vida” arrancado a fórceps das entranhas dos novos métodos de reprodução e acumulação de capital, em um processo em que

o modo de vida materializa a passagem das macroestruturas (relações capital-trabalho na sua forma mais abstrata) às microrrelações (o cotidiano das classes). As relações sociais de produção se traduzem em relações de consumo e as determinam: o consumo é um elemento mediador importante nesse processo, pelo qual as classes têm (ou não) acesso a bens econômicos e sociais. Essas relações determinam, ao mesmo tempo, campos de possibilidades de classes e formas de dominação e subalternização. O mito da liberdade de consumo, por exemplo, associado à carência real de recursos provoca elementos objetivos de insuportabilidade da vida (...). As palavras são elementos de encantamento via naturalização das práticas (DIAS, 2012, p. 51).

As últimas linhas da citação acima são essenciais nesse caso. A linguagem se torna veículo de legitimação das práticas, agindo no âmbito de uma semântica monolítica essencializada e naturalizada em todas as instâncias pedagógicas do Estado e da sociedade civil. Os meios de comunicação, principalmente a mídia eletrônica tradicional e as redes sociais da internet - nada democráticas, por sinal - atuam poderosamente nesse processo. O mundo

do sujeito subalterno se desenvolve no universo desse discurso, tornando-o conformista desse conformismo. Suas possibilidades de expandir a percepção das relações sociais nas quais está entrelaçado ficam neutralizadas pela “força da linguagem, verbal e imagética” que “reduz as classes populares a um saber superficial e fragmentado que constitui seu senso comum e destrói todas as suas possibilidades de resistência” (SCHLESENER, 2016, p.114).

Tais possibilidades de resistência dos grupos sociais subalternos tanto à coerção física, econômica e jurídica das classes dominantes e seu Estado, quanto ao discurso único neoliberal que insiste em forjar uma concepção de mundo baseada em mistificações como o “empreendedorismo”, a “luta contra a corrupção” e a “antipolítica”, passam pela reconstrução e fortalecimento das organizações populares de base. Os partidos políticos da esquerda socialista e comunista e os movimentos populares consolidados precisam dedicar atenção integral à organização e mobilização permanente de suas bases, e aproveitar cada ínfima oportunidade de expandi-las. Nada disso é elementar sob os fortes ventos reacionários que nos desequilibram os passos, mas se só se pode prever a luta, como escreveu Gramsci, é porque seu motor é a vontade.

NOTAS

¹ O Taylor-fordismo surge como fenômeno de “reestruturação produtiva” ou, menos eufemisticamente, como intensificação das formas de extração de mais-valia relativa e, portanto, de novo revolucionamento das forças produtivas, entre elas a própria força de trabalho: “A experiência taylorista foi a forma da subsunção real do trabalho ao capital de forma ainda mais completa praticada no início do século XX. O fordismo, como conjunto de medidas de contra-tendência, incorporou uma nova modalidade de gestão fabril. O taylorismo foi o instrumento da criação de uma disciplina



operária através da perda da sua subjetividade classista: os trabalhadores deveriam abrir mão do controle que possuíam sobre a produção e passar a executar o trabalho a partir da objetividade do capital, centrada na reconstrução das lógicas operativas. À quebra dos sindicatos, forçada pela coerção, pelos métodos policiais, se acrescentou a imposição de uma nova subjetividade” (DIAS, 1998, p.47).

2 Harvey (2009, p. 161) salienta que o individualismo exacerbado se afirma como condição ideológica da transição do fordismo para a “acumulação flexível” e, assim, para “um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida (...) Hoje, o empreendedimentismo caracteriza não somente a ação nos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto a administração municipal, o aumento da produção do setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística”. Alguns anos depois dessas passagens, a tradução em português consagrou o termo “empreendedorismo” no

âmbito da sociologia crítica do trabalho, que se viu também frente ao novo fenômeno da “uberização” da força de trabalho.

REFERÊNCIAS

DIAS, Edmundo. **“Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes.** Outubro, n.1, 1998, pp. 45-52. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-03.pdf>.

DIAS, Edmundo. **Revolução Passiva e Modo de Vida.** São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol.4.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 2009 [1992].

RAWLS, John. **O Liberalismo Político.** Tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

SCHLESENER, Anita. **Grilhões Invisíveis.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

NOVO SITE NO AR!

O nosso site da IGS Brasil está de cara nova, confirmam:

<https://igsbrasil.org/>

Acesse também as nossas redes sociais:

 IGS BRASIL  IGSBrasil1

 @igs.br



PARTICIPAÇÃO NA GHILARZA SUMMER SCHOOL



Fotografia dos professores e estudantes que participaram da Ghilarza Summer School (IGS-Itália)

Entre os dias 6 de setembro e 11 de setembro de 2021, Rodrigo Sarruge Molina da UFES, representou a IGS-Brasil na *Ghilarza Summer School* na região da Sardenha. Após ser aprovado em processo seletivo internacional, o professor foi contemplado com uma bolsa de estudos da Fundação Gramsci (IGS-Itália).

Essa foi a quarta edição do curso internacional sobre estudos gramscianos e teve o tema: “Nação, povo e nacional-popular” na obra de Antonio Gramsci. O evento também contou com a

promoção da Fondazione Casa Museo Antonio Gramsci di Ghilarza, Università di Cagliari, Università di Sassari e financiamento da Fondazione di Sardegna.

Embora tenha sido uma viagem muito complicada, pois realizada em tempos de pandemia, o que impôs uma série de protocolos sanitários especialmente para pessoas provenientes do Brasil, durante essa curta viagem na Itália foram realizadas excelentes conferências, debates e trocas de experiências.



CRIAÇÃO DO COMITÊ EDITORIAL IBERO-AMERICANO PARA A TRADUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE ESCRITOS E ESTUDOS GRAMSCIANOS

Desde 2021, um grupo de companheiras e companheiros da Rede Latino-americana e Caribenha de Estudos Gramscianos, da *Asociación Española de Estudios Gramscianos* e da *Associació d'estudis gramscians de Catalunya*, formou um espaço ibero-americano dedicado a tradução de escritos e estudos gramscianos.

Nesse âmbito, o Comitê Editorial propõe ampliar a bibliografia gramsciana existente em espanhol e português, bem como dar visibilidade e projeção extrarregional às produções ibero-americanas

dedicadas ao pensamento de Antonio Gramsci. Trata-se, em suma, de fomentar tanto a circulação das novidades teóricas gramscianas em nossa região como propiciar a divulgação das próprias abordagens teóricas.

https://redlatestudiosgramscianos.site/?page_id=720

Red Latino-americana y Caribeña de Estudios Gramscianos

<https://redlatestudiosgramscianos.site/>

APRESENTANDO GRUPOS DE PESQUISA

FILIAÇÃO

O Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação GPTE (da FE/USP), existente desde 2006, consiste num fórum acadêmico de compartilhamento de problemas e procedimentos investigativos acerca de questões educacionais, em sua dimensão política, na perspectiva do assim chamado paradigma do trabalho; nesse sentido, se propõe a uma abordagem da educação enquanto componente intrínseca das relações sociais e, portanto, da transformação dessas relações. Programaticamente, buscamos abarcar dos fundamentos da concepção materialista da história e, portanto, da sociedade, da educação e da política, tomando como mediações as inter-relações históricas entre trabalho, sociedade civil,

Estado e educação pública, até suas expressões mais concretas na atualidade, tanto em geral, quanto no Brasil. Com ênfase no exame das contribuições da obra de Antonio Gramsci, nossas atividades consistem basicamente em seminários (nacionais e internacionais) sobre questões, obras e documentos históricos, bem como de discussões de pesquisas dos participantes do grupo. Buscamos o diálogo permanente com outros grupos de pesquisa, além de universidades brasileiras e estrangeiras.

QUER APRESENTAR SEU GRUPO DE PESQUISA
E SER DIVULGADO PELA IGS-BRASIL?

Basta mandar e-mail para igs.brasil@gmail.com

AGENDA 2022

PRÁXIS E HEGEMONIA POPULAR

A revista *Práxis e Hegemonia Popular* está com chamada aberta para o Dossiê "Filosofia da práxis e políticas educacionais", que está previsto para ser publicado na edição número 11 (2022.2) do periódico da *International Gramsci Society Brasil* (IGS-Brasil).

A edição será organizada por Anita Helena Schlesener.

Os artigos deverão ser enviados até o dia 30 de março de 2022 pela página da revista: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP>.

O ENCONTRO GRAMSCIANO DE CAGLIARI

De 30 de setembro a 3 de outubro de 2021, na Universidade de Cagliari realizou-se o Convegno Internazionale Gramsci nel mondo di oggi, iniciativa da International Gramsci Society – Itália. Mesmo com as muitas dificuldades impostas pela pandemia do coronavírus o número de participantes a representar seus respectivos Países foi bastante significativo. As mesas foram compostas seguindo o critério de continentes ou área linguística e coube a cada participante expor a situação dos estudos gramscianos em seu País no decênio 2011-2021. Pode ser constatado como a produção gramsciana é muito diferenciada em termos quantitativos e qualitativos e também em termos organizativos. Não são muitos os institutos culturais gramscianos e alguns dos participantes representaram apenas seus esforços individuais.

A Europa contou com expositores de Itália, França, Áustria / Alemanha, Portugal, Espanha, Catalunha, Romênia, Grécia, Croácia / Iugoslávia, Rússia. Claro que a Itália continua a mostrar uma produção numerosa e de muito boa qualidade. Além da IGS-It há ainda outras organizações culturais gramscianas espalhadas pelo País. Surpreendente a produção encontrada na Áustria / Alemanha, ainda que não conte com um organismo cultural especificamente gramsciano. Talvez a riqueza dos institutos universitários e organismos culturais existentes, que formam uma rede muito densa, torne a formação de uma IGS difícil ou dispensável. Dentre os outros, apenas Espanha e França aparecem como promissores em termos de produção e organização, talvez a Grécia. Nos Países que passaram por experiências de alguma forma de socialismo, o desastre é completo. O conhecimento e difusão da obra de Gramsci é mínima até porque tudo que se refere a socialismo e marxismo foi

quase erradicado pela ação dos regimes reacionários vigentes.

Os Países anglófonos (Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá, Austrália) tiveram enorme dificuldade para deslocar representante até Cagliari, de modo que três exposições foram feitas online e outras duas com representantes que vivem na Itália. Há importante produção na Grã-Bretanha, País onde se trava aceso debate sobre interpretações sobre Gramsci e que incide na luta política e nos movimentos sociais e culturais das esquerdas. Nos Estados Unidos a produção parece ser menor e muito relacionada a questões de raça e gênero.

Sobre África e Ásia tiveram representantes online de China e Índia, espaços nos quais a difusão de Gramsci é muito promissora. A Índia tem certa tradição por conta da vertente do Subaltern studies e do intercâmbio com os Países anglófonos. A China faz um movimento para enriquecer o debate marxista com autores "ocidentais", como Gramsci. Surpreendente a presença de Gramsci nos movimentos populares pela democratização do Egito, assim como surpreende a existência de referências a Gramsci por lutadores pela independência da região ocidental da África, alguns dos quais, como o Benin, contaram com poder popular.

Da América Latina estiveram presentes representantes da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Cuba e Venezuela. Deste último País a participação foi online. Os 4 primeiros Países contam com organizações culturais gramscianas de diferente dimensão, com destaque para a IGS-Br, que parece ser a maior e que pode enunciar uma importante produção de estudos. Avanço significativo foi a constituição da Red Latino Americana y Caribeña de Estudios Gramscianos, que poderá catalisar a formação de outras organizações

nacionais.

No decorrer do *Convegno* realizou-se a assembleia da International Gramsci Society, presentes os participantes das mesas. Decidiu-se pela confirmação de Guido Liguori na presidência, cargo que ocupava desde o falecimento de Joseph Buttigieg. Confirmou-se a orientação para empreender esforços para a formação de organizações culturais gramscianas onde isso for possível. Diante de problema levantado pela delegação brasileira confirmou-se que a International Gramsci

Society mundial é um organismo autônomo que não se apresenta como coordenador dos organismos nacionais que são da mesma forma instâncias autônomas. Assim um filiado a organização gramsciana nacional não é automaticamente filiado a IGS mundial, já que são organismos autônomos que agem em dimensões diferentes. A própria assembleia não era representativa de instâncias nacionais, considerado que ainda são poucas as que se podem dizer consolidadas.

Marcos Del Roio

RUMO AO IV ENCONTRO: GOIÂNIA 2022

INTEGRAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL EM CONSTRUÇÃO

No momento em que nos preparamos para o IV Encontro da IGS-Brasil, ao mirarmos os quase sete anos que se passaram desde a sua criação em 2015, percebemos o quanto caminhamos. Somos hoje provavelmente a maior associação nacional de gramscianos no mundo, agregando pesquisadoras e pesquisadores de todo o Brasil, com significativa produção bibliográfica (ver Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil, NuFiPE/UFF, 2019) e cerca de 67 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, de acordo com levantamento realizado por Cezar Luiz De Mari, Deise Rosálio Silva e Douglas Ferrari, membros do Conselho Nacional da IGS-Brasil, em artigo que deve ser publicado em breve.

Ao mesmo tempo, quando voltamos os olhos para o futuro, nos deparamos com os grandes desafios que temos ainda pela frente tanto no que se refere à integração e organicidade entre as regiões do Brasil, quanto no que se refere às relações entre as diferentes associações gramscianas internacionais.

No que se refere ao primeiro desafio, apesar de estarmos presentes em todo o território nacional, essa presença é ainda bastante desigual, mais fortes no Sudeste brasileiro, com presença significativa no Sul, Centro-Oeste e Nordeste, precisamos ainda agregar as gramscianas e gramscianos do Norte, além de fortalecer os laços entre as regiões a ponto de poder avançar em conjunto e a nível nacional. Essa tem sido a preocupação do

Conselho Nacional, que durante toda sua gestão buscou fazer busca ativa de pesquisadores, levantamentos de grupos e contatos diretos, sabendo, no entanto, que essa é uma tarefa coletiva e contínua, que esbarra nas dimensões continentais e nas desigualdades socioeconômicas históricas do Brasil.

No que se refere a organicidade entre as associações gramscianas internacionais, houve um avanço significativo com a criação da Rede Latino-americana e Caribenha de Estudos Gramscianos. As qualificadas mesas redondas (virtuais em função da pandemia) organizadas pela Rede em 2020 e 2021, além de importantes participações em congressos e encontros gramscianos, contribuíram para expandir o diálogo entre pesquisadores, trocas bibliográficas e formulação de projetos conjuntos. Além disso, os encontros virtuais prévios da Oficina-Escola de estudos gramscianos e o encontro presencial que deve acontecer entre 04 e 09 de abril de 2022 constituem também importante via de formação de jovens pesquisadoras e pesquisadores e atualização e troca de experiências para gramscianas e gramscianos do Brasil e da América Latina.

A IGS-Brasil é bastante jovem se comparada a Asociación Gramsci Argentina, fundada no ano 2000, ou a IGS-Itália, constituída em 1996 ou, ainda, a IGS Mundial, que data de 1989. As sociedades gramscianas nacionais nasceram

como seções autônomas da IGS-Mundial e isso indicava já no início a valorização da integração internacional entre indivíduos e grupos voltados ao estudo do pensamento de Gramsci. De fato, o projeto de integração internacional está em curso e se expressou claramente no último congresso da IGS Mundial em Cagliari-Itália, do qual participaram presencialmente ou de forma virtual pesquisadores de pelo menos vinte e três países da Europa, Ásia e Américas. É fato que tal integração precisa avançar, é necessário aprofundar o diálogo entre as diferentes associações no mundo, principalmente no que se refere a projetos conjuntos de investigação, produção bibliográfica, difusão do pensamento gramsciano e intervenção cultural.

Para isso a presença nos encontros e

é fundamental e exige organização, integração e diálogo. As dificuldades de desenvolvimento das associações gramscianas nos diferentes países e continentes do mundo esbarram nas condições materiais e políticas de estudo do comunista sardo em cada realidade nacional. Destarte, observou-se claramente o desnível entre os países participantes na produção bibliográfica e organização de grupos de pesquisas no último congresso mundial. Entendemos, no entanto, que o trabalho de produção e divulgação das pesquisas gramscianas, assim como a integração nacional e internacional é uma tarefa coletiva e em curso. Contamos com cada uma e cada um nesta empreitada. Nos vemos em Goiânia!

Conselho Nacional da IGS-Brasil (2019-2022)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RELACIONAMENTO ENTRE A IGS-B E A IGS INTERNACIONAL

Raúl Burgos, dezembro de 2021

Gostaria em 1º lugar parabenizar à coordenação Nacional pelo oportuno lançamento da seção “Rumo ao IV Encontro Nacional” no boletim da IGS-B; e agradecer, obviamente, pela oportunidade de poder realizar algumas observações com o intuito de subsidiar possíveis discussões naquele encontro. Temos ainda uma longa caminhada até lá e poderíamos facilitar nossas discussões presenciais se podemos suscitar alguns intercâmbios de opiniões prévios em torno de temas polêmicos. O tema que tentarei abordar aqui não é simples e demandará um certo espaço para a exposição de alguns elementos históricos; e uma certa paciência do leitor. Trata-se da questão do tipo de relacionamento que a IGS-Brasil estabeleceu e estabelecerá com a IGS Mundial.

Nos últimos meses começou um debate entre nós no grupo de discussão da associação referido à problemática realização de uma Assembleia da IGS-Mundial durante a pandemia e este debate motivou até uma reunião ampliada específica do Conselho Nacional. Contudo, a questão de fundo é anterior e o tema geral muito mais amplo.

Creio que seja bom colocar como início desta conversa o momento de fundação da IGS-B. O evento no qual foi fundada a associação foi

denominado “Seminário Estudos de Gramsci. Para a construção de uma IGS/Brasil”. É importante assinalar que desde as primeiras conversas informais entre os organizadores, uma coisa que teve um consenso forte foi o nome da futura associação: “International Gramsci Society”, agregando “Brasil”. Apesar do nome em inglês (que não deixou de proporcionar complicações à primeira coordenação nacional para seu registro formal para o CNPJ), – e diferentemente da associação argentina, que havia adotado um nome próprio (Asociación Gramsci Argentina, fundada no ano 2000) – entre nós pareceu natural adotar a prática que havia começado com a IGS-Itália, fundada como “seção” da IGS-Mundial, categoria prevista pelo estatuto da Associação mundial. Nesse sentido, na preparação do estatuto da futura associação brasileira, o grupo organizador solicitou o estatuto da IGS-Mundial que foi enviado pelos companheiros italianos. Assim, no Art. 1 do nosso estatuto foi expressa a relação entre as duas associações do seguinte modo: “A IGS-Brasil se propõe a representar a IGS Internacional no Brasil, **nos moldes estabelecidos pelo estatuto dessa instituição**, e na medida em que esta representação contribua a alcançar os objetivos de ambas entidades” (Grifos RB). Por sua vez, o estabelecido no estatuto daquela associação mundial rezava: “Art. 2 - A associação IGS tem

sede legal em Roma, junto à Fundação Instituto Gramsci, Via del Conservatorio 55, e sede científica junto ao Departamento de Filologia da Universidade de Notre Dame – Indiana – EUA, **existindo a possibilidade de constituir representações ou seções, seja na Itália como em outros países, com a aprovação do Conselho Geral**” (Grifo RB). Retenham-se¹ estes elementos dos estatutos de ambas associações, que retomaremos mais adiante.

Cabe mencionar ainda que na fundação da IGS-B estiveram presentes representantes da IGS-Mundial (Fabio Frosini) e da Fondazione Gramsci de Roma (Giuseppe Vacca), colegas que participaram da discussão para a aprovação do estatuto, que estabeleceu esta relação entre ambas as associações. Nesse sentido, não cabe nenhuma dúvida de que a IGS-B se entendeu desde a fundação como “representante” ou “seção”, da associação mundial como estabelece o estatuto desta última, e a IGS-Mundial aceitou este tipo de pertencimento.

A polêmica entre nós sobre as relações entre ambas as instituições começou no Encontro Nacional de Campinas, em 2017, durante o qual foi realizada também uma Assembleia IGS Mundial. Essa teria sido a 4º Assembleia Geral da IGS-Mundial segundo se explica num texto de Guido Liguori que voltarei a mencionar (ou a 5º se contados os eventos de fundação). Nesta Assembleia em Campinas, no momento dedicado para a eleição da nova diretoria internacional os companheiros Joe Buttigieg (presidente) e o companheiro Guido Liguori, presidente da IGS-Itália e membro da Diretoria internacional que finalizava seu mandato nessa assembleia, trouxeram uma “lista pronta” para a conformação da nova coordenação internacional que incluía indicações de participantes da IGS-B. Sobre este fato expressei numa mensagem em nossa lista de discussão: “Foi um acontecimento desagradável, para dizer o mínimo. Meu nome foi proposto nessa lista, mas minha desconformidade com o procedimento burocrático me levou a não aceitar a designação nessa coordenação; embora tenha sido um momento constrangedor, pelo menos a questão foi colocada, e retomada dois anos depois no encontro de Marília” (email do dia 8 de junho, na lista de discussão da IGS-B). O

constrangedor da situação em relação a nossa associação era evidente; o encontro “hospedeiro” era o II Encontro da IGS-B, durante o qual haveria uma assembleia da associação nacional e certamente o correto teria sido sugerir à assembleia da IGS-B uma quantidade de representantes, e que esta escolhesse entre seus membros aqueles que seriam os colegas que iriam ocupar essas representações. Contudo, o que vimos foi o procedimento “verticalista” que mencionei, o que não podia passar sem ser pelo menos questionado.

A partir disto, os pontos centrais do debate ficam configurados: 1) que tipo de relação existe entre a IGS Mundial e aquelas associações nacionais que se dispuseram a juntar-se à associação internacional no intuito de potencializar suas capacidades e isto, como diz o estatuto da nossa entidade, “na medida em que esta representação contribua a alcançar os objetivos de ambas entidades”;^[1] 2) que tipo de “representação” seria esta possibilitada pelo estatuto da IGS mundial e estabelecida no nosso estatuto? A resposta a estas questões não é simples, como veremos. Na assembleia de fundação em 2015 estas relações pareciam transparentes: um entendimento de “representação” em termos democráticos-socialistas, era para supor, bidirecional: a representação no Brasil da instituição internacional e uma representação da IGS-B naquela baseada na autonomia da associação nacional para a eleição dos seus representantes; uma prática democrática de caráter substancial, como corresponde a entidades socialistas gramscianas. Na segunda Assembleia geral, durante o II Encontro Nacional em Campinas, esta certeza foi colocada em questão: nos encontramos não com essa representação democrática, mas com uma “indicação vertical” daqueles que seriam nossos “representantes”. Que tipo de relação de “representação” é essa onde o representante é indicado pelo órgão no qual se deve exercer a tal representação? O II Encontro, em Campinas, foi um momento de algumas tensões internas, próprias de uma entidade pluralista em formação, e não era um momento para agregar mais uma polêmica em relação à agenda internacional. A discussão, embora posta na mesa, ficou adiada para o Terceiro encontro nacional em Marília, de 9 a

[1] Segundo o Art. 1 do Estatuto IGS-B: “A IGS-Brasil visa difundir a obra de Antonio Gramsci e o pensamento gramsciano no Brasil, promovendo análises da realidade brasileira e fomentando mecanismos de formação de seus associados e do público em geral nessa perspectiva, em constante diálogo com outras vertentes teóricas, em torno dos grandes temas intelectuais, culturais, sociais e políticos, atuais e históricos, no âmbito nacional e internacional. A IGS-Brasil se propõe a representar a IGS Internacional no Brasil, nos moldes estabelecidos pelo estatuto dessa instituição, e na medida em que esta representação contribua a alcançar os objetivos de ambas entidades”.

de setembro de 2019. Um par de meses antes do encontro de Marília, em razão de que continha um breve, mas importante registro histórico da IGS Mundial, circulou nas redes uma troca de mensagens entre Marcus Green, secretário da IGS e Guido Liguori no âmbito da Diretoria internacional, de importância para nossa discussão. Na mensagem de Guido Liguori a Marcus Green, datada em 12 de julho de 2019, Liguori faz uma rápida história da IGS que considero pertinente citar aqui pelo fato do relato histórico da instituição e em relação a nosso debate neste texto (faço uma tradução livre no corpo do texto e coloco no final a versão original):

A IGS teve uma dupla fundação: primeiro em Nova York (Buttigieg, Cammett e Rosengarten), depois em Roma [...]. De acordo com a lei italiana, era necessário ir a um notário, fazer um estatuto, uma ata de fundação, etc. Isso foi feito para ancorar a IGS à Fondazione Gramsci, onde Gerratana e Santucci ainda operavam, e também porque se a IGS não tivesse uma "figura jurídica" reconhecida na Itália, não teria podido participar dos financiamentos ministeriais, etc.

Depois, a história teve uma evolução diferente: as posições políticas contrapostas surgidas em 1989 a partir da hipótese de transformar o PCI em um partido pós-comunista [...], que não diminuíram, ao contrário, aumentaram; e as discussões relacionadas à edição nacional [...] de fato separaram a IGS da Fondazione Gramsci: podia-se continuar a trabalhar por Gramsci sem brigar e sem arruinar-se a vida em contínuas discussões. Foi uma decisão sabia, tomada tacitamente, mas por acordo mútuo de ambas as partes. Sabemos que com o tempo essas tensões foram diminuindo, surgiram oportunidades de colaboração, mas a IGS e a Fundação permaneceram, concordaram em permanecer, duas entidades separadas, mesmo que não "inimigas".

E em seguida afirma Liguori:

De fato, **o estatuto italiano foi completamente abandonado** e a IGS tem trabalhado sempre como uma associação com sede nos Estados Unidos: não apenas sede científica, conforme consta no estatuto italiano, mas também administrativa, pois foi sempre nos Estados Unidos que foram feitas as filiações, depositado o dinheiro das inscrições, etc. **O estatuto italiano permaneceu letra morta**, o que foi bom, até porque é muito burocrático (inclui Conselho Fiscal, reuniões anuais[2] impossíveis de realizar para uma associação mundial, etc.).

A primeira verdadeira assembleia geral da IGS foi realizada em Nápoles em 1997 e não levou para nada em consideração o Estatuto "italiano" (mas também não elaborou um novo). Uma coordenação foi eleita, presidente e secretário foram nomeados, decidiu-se realizar assembleias-encontro (sempre uma assembleia por ocasião de um encontro) duas vezes a cada dez anos: nos anos "gramscianos".... 1 e... 7 de

cada década, ano de nascimento e ano de morte. De fato, depois de Nápoles, foram realizados encontros no Rio (2001)[1], Ghilarza (2007), Campinas (2017). Entretanto, havia nascido a IGS Itália (também constituída oficialmente, para poder receber financiamentos), e este fato do nascimento das "seções nacionais" (já previstas no estatuto italiano), alterou ainda mais o nosso modus operandi[...]

A morte de Joe [Buttigieg] obviamente perturbou esse caminho. Pessoalmente, creio que seja possível esperar até 2021 para discutir democraticamente, em conjunto com todos os "militantes" da IGS mundial que possam estar presentes, o futuro de nossa associação e também a eleição de um presidente, um vice-presidente e um secretário, assim como de uma Diretoria. Contudo, podemos consultar já agora à Diretoria em exercício. Em qualquer caso, **não me sentiria vinculado de forma alguma ao Estatuto italiano**. Nesse ínterim, poderia ser elaborado um novo Estatuto, mas de forma mais simples, de acordo com a legislação norte-americana, para o que se chama na Itália de "associações sem fins lucrativos", ou semelhantes [...]

Enquanto isso, como mencionei há pouco, existe uma "estação" intermediária: a conferência em Marília no início de setembro próximo, que contará com a presença de pelo menos 5 dos 14 membros da Diretoria. Me excluo: ainda não sei se vou conseguir ir. Mas quem for lá, da nossa Diretoria (e é um número significativo em todo caso), talvez possa começar a discutir coletivamente sobre essa situação, destas hipóteses e do futuro da IGS. Para tanto, talvez eu pudesse enviar este meu e-mail para a Diretoria: o que você acha?!

De fato, a mensagem de Liguori foi enviada à diretoria internacional e posteriormente circulou nas redes. O secretário da IGS, Marcus Green, na sua resposta a Liguori – inclusive na mensagem que circulou nas redes – torna as coisas em relação ao estatuto da IGS mais confusas:

Vários anos atrás, pedi a Joe [Buttigieg] uma cópia do estatuto da IGS e ele me enviou o estatuto italiano da IGS. Ele não explicou que não era mais válido ou que havia sido completamente abandonado. Obviamente, eu sabia que não o estávamos seguindo, mas agora sei por quê.

E pergunta,

Após a assembleia geral em Nápoles em 1997, foi adotado um novo estatuto ou constituição? Ou a estrutura do IGS foi adotada informalmente? Ou foi adotada uma estrutura informal da IGS?

Precisamos restabelecer a IGS como uma organização sem fins lucrativos nos Estados Unidos. Isto porque os documentos foram perdidos. Em algum momento da década de 1990, Joe e John Cammett preencheram os documentos legais para fins de organização sem fins lucrativos, mas eu não os tenho. Pedi a Anne

[2] Na verdade, O Estatuto Italiano prevê reuniões bianuais. No inciso "e" do Art. 4 do Estatuto "italiano" é indicado como escopo da IGS "organizzare una Conferenza internazionale aperta a tutti i soci della I.G.S. ogni 2 anni, a partire dal 1991".

[3] Sobre este encontro no Rio e as particulares relações Itália-Brasil, que remete lateralmente também ao tema que estamos tratando, gostaria de mencionar uma curiosa menção de Giorgio Baratta na breve Introdução à edição brasileira do seu magnífico *As rosas e os Cadernos* (2004). Diz Baratta: "Em 1998, ao longo do Sena de Paris, durante uma singular reunião "peripatética" da direção da IGS (...) lancei a ideia de organizar no Rio, depois do ocorrido em Nápoles em 1997, o segundo encontro-congresso da nossa Society com o título "Ler Gramsci, ler a realidade".

(esposa de Joe) para procurá-los e ela não conseguiu encontrar nenhum documento da IGS, infelizmente.

Por conta de uma nova lei bancária, o PayPal solicitou os documentos constitutivos (o estatuto) para verificar a existência da IGS. Portanto, precisaremos de um novo estatuto para fins bancários. Vou consultar um contador (contabile o ragioniere) para ver como seguir em frente.ⁱⁱⁱ

Esta troca de mensagens entre diretivos da IGS mundial, ao mesmo tempo que mostrava a complexidade da origem histórica da IGS, a vontade e disposição dos fundadores e as peripécias das primeiras tentativas organizativas, mostrava também a complexidade da nova situação (o “fato do nascimento das ‘seções nacionais’”) e a necessidade de produzir mudanças no modo organizativo. O próprio Liguori mencionava na sua mensagem que existia “uma ‘estação’ intermediária: a conferência em Marília no início de setembro próximo [de 2019]” como possível momento para a discussão do futuro da IGS Mundial. Vamos então a Marília.

Como é habitual fazer nos nossos encontros desde a fundação, a questão das relações internacionais foi um tema previsto para o debate do encontro de Marília: na pauta estava o processo das articulações latino-americanas (que tiveram um momento importante no encontro de Asunción, Paraguai, em agosto de 2019, poucos dias antes do encontro de Marília, e que pouco tempo depois levou à fundação da Rede Latino-americana e Caribenha de Estudos Gramscianos), tema já colocado na pauta no encontro de Campinas, e a questão das relações com a IGS Mundial, também em pauta desde Campinas, pelas razões expostas, às quais se somavam estas conversações no interior da direção da IGS Mundial que se tornaram públicas nas redes. Em conhecimento destas conversas no interior da direção internacional, escrevi aos colegas da organização do encontro em Marília a seguinte reflexão que resgato de uma mensagem de 31 de julho de 2019: “realmente a IGS teria que passar por um processo de reformulação. Não se trata mais de um punhado de entusiastas gramscianos. O grupo inicial foi extremamente exitoso na função impulsora, coisa que deve ser enfaticamente reconhecida, mas hoje está sendo formada uma rede teórico-política, acadêmica certamente, mas mais amplo que isto e a IGS não parece ter procedimentos institucionais adequados para lidar com a nova situação [...] Na América Latina hoje temos 4 associações formadas e ativas e outras em vias de formação. O processo de articulação global

ser reformulado, obviamente. Tomara Marília pudesse ser uma estação intermediária até 2021”.

Finalmente, na Assembleia da IGS-B, em 11 de setembro, a discussão voltou à mesa. Sobre o tema em pauta (a IGS Mundial), que foi bastante debatido, o secretário do encontro, Leandro Galastri, registrou a seguinte observação sintética na ata do congresso, referindo-se a uma sugestão de quem escreve este texto: “[...] as propostas para coordenar as diversas IGS tem sido feitas de forma vertical. Propõe federalizar a articulação das organizações IGS nacionais. Nesse processo de reorganização devemos providenciar a federalização. Que a assembleia de cada IGS nacional decida quem representa a unidade na IGS mundial”. Creio que essa síntese representou o teor das conversas sobre o ponto. Em todo caso, numa eventual realização da Assembleia Mundial da IGS, essa posição definida neste encontro nacional, deveria ser o tom da posição da IGS-Brasil.

Este encaminhamento registrado na ata foi, como poderá lembrar quem estava lá, por aclamação. Essa foi a razão de ter sido incorporada à ata da assembleia. Claramente foi o entendimento da assembleia como posição a ser levada à próxima Assembleia da IGS Mundial (que finalmente seria realizado na Sardenha em outubro de 2021). Neste sentido é para supor que os companheiros participantes dessa assembleia levaram e defenderam esta posição. Não tivemos ainda um relato completo dessa assembleia; quem sabe no curso desta discussão possamos ter. Os relatos que chegaram a nós foram uma mensagem do presidente da IGS Brasil, numa mensagem que referirei logo, e uma mensagem do presidente eleito da IGS Guido Liguori a qual também me referirei.

Em torno desta discussão, na lista de discussão da IGS-B houve um significativo intercâmbio de opiniões de quem escreve com o companheiro Gianni Fresu, presidente da associação. Com efeito, como resposta à minha lembrança da posição da assembleia de 2019 em torno da democratização dos procedimentos de organização internacional, em particular a questão da “federalização” efetiva da instituição (e-mails de 8/6/2021 e 10/6/2021 no grupo de discussão da IGS-B) em 12 de junho Gianni respondeu da seguinte maneira às minhas observações:

Caro Raul, a respeito da questão que você chama de “democratização” da IGS, acho que é preciso superar

um equívoco técnico-organizativo. O que talvez não esteja claro é que entre a IGS nacional e a IGS mundial não existe a relação comparável ao relacionamento entre as seções nacionais dos partidos comunistas e o Comintern. Quem aderir ao IGS Itália ou ao IGS Brasil não é automaticamente membro da IGS mundo, portanto, não existe uma relação orgânica entre os dois níveis. **A IGS mundo é uma coordenação quase informal entre gramscianos, nascida principalmente por razões de proximidade humana e política, mas sem uma estrutura institucional e estatutária comparável a uma organização como a IGS Brasil.** Isto explica por que foi possível realizar a Assembleia anterior em Campinas, embora a maioria das associações e organizações próximas à IGS mundo nos diferentes países não tenham podido participar da reunião, e sem possibilidade de conexão e participação em remoto, pelo contrário hoje garantida. **Agora, o primeiro núcleo do qual histórica e politicamente nasceu esta rede, a IGS Itália,** decidiu realizar uma conferência na Sardenha, que tem garantido um número grande de participantes **representando** os diferentes países, o que nunca havia sido conseguido no passado pela IGS. (Grifos RB)

Aqui, a confusão de associações e eventos parece insuperável. Fico na seguinte questão: porque a referência aos PCs ou à Cominter quando todas nossas referências desde a fundação e a elaboração coletiva do estatuto da associação brasileira foi em relação ao **estatuto da IGS Mundial**, documento que, em janeiro de 2015 foi enviado pelo Presidente da IGS-Itália e membro da diretoria internacional, Guido Liguori, ao companheiro Massimo Sciarreta (quando Massimo ainda estava vivendo no Brasil e participando ativamente da fundação da organização) e traduzido por uma equipe de colegas ao português para a discussão coletiva, como exemplo de estatuto e em razão das possibilidades de articulação internacional aí propostas. Certamente, como cai de óbvio, se em datas posteriores a Diretoria da IGS Mundial decidiu, como visto nas mensagens anteriores, que o Estatuto não valia mais, então a discussão da situação da IGS-B (e de todas as associações criadas na trilha desse estatuto abandonado) deve ser repensada. Contudo, mais preocupante deveria ser o entendimento do presidente da IGS-Brasil sobre o caráter da instituição quando afirma:

[...] A IGS mundo é uma coordenação quase informal entre gramscianos, nascida principalmente por razões de proximidade humana e política, mas sem uma estrutura institucional e estatutária comparável a uma organização como a IGS Brasil. (Grifos RB)

Como assim, companheiro Gianni? Então o estatuto da IGS, enviado pelo seu atual presidente, traduzido por nós e referido em nosso estatuto, como dito anteriormente, foi um erro de percurso ou coisa do gênero? Como posto nessa mensagem, a IGS parece

ter-se tornado em algum momento uma espécie de confraria ou clube de amigos gramscianos? A IGS então efetivamente “esqueceu os estatutos” como mencionado nas conversas anteriormente citadas e passou a ser uma “coordenação quase informal entre gramscianos”? Uma “coordenação quase informal” que coordenaria que coisa exatamente? E a Diretoria Internacional seria então uma composição de amigos indicados por outros amigos? É incompreensível este recuo organizacional. Se o estatuto da associação internacional era visto como ultrapassado, a solução não era optar por ficar permanentemente sem estatutos, uma espécie de volta ao governo discricional dos indivíduos, mas imediatamente criar outros estatutos, como sugerido por Marcus Green na mensagem citada de 2019. Como disse anteriormente, eu achei e acho ainda que essa assembleia de Sardenha em outubro de 2021 devia ter sido posposta para depois do fim efetivo da pandemia, mas, dado que foi decidido realizar apesar da crise sanitária mundial, ela poderia ter sido a sede da aprovação dos novos estatutos; não foi assim, a IGS Mundial parece ter escolhido (até agora pelo menos) o formato “coordenação quase informal” e não o de associação. No seu breve relato da Assembleia de Sardenha, numa mensagem do dia 9 de outubro, Gianni Fresu confirma esta situação.

A Assembleia da IGS se realizou em 1º de outubro de 2021 em Cagliari (...). **A natureza informal da Associação foi reafirmada,** pois a IGS pretende ser uma rede útil para o intercâmbio de experiências, materiais de estudo e ideias para difundir o conhecimento de Gramsci no mundo. A IGS não tem o caráter de uma federação de seções nacionais, também porque em muitos países (por exemplo, nos Estados Unidos, onde tudo começou) elas não existem, enquanto em outros países o processo de constituição está apenas começando. Por esta razão, em seu discurso de abertura, Guido Liguori enfatizou a necessidade de manter esta relação fluida e elástica, que permite a coexistência de realidades fortes e estatutariamente organizadas com outras ainda em fase embrionária ou com redes nacionais numericamente limitadas. Por enquanto, ser membro de uma IGS nacional não significa fazer automaticamente parte da IGS mundial, e vice-versa. (Grifos RB)

A mensagem, além de trazer novamente a pergunta de se nossos companheiros participantes da assembleia de Cagliari levaram e defenderam nessa assembleia a posição do Encontro de Marília, a mensagem mostra a nova situação. Vejamos: no momento de estabelecermos não apenas o nome, mas também a relação estatutária com a IGS internacional, a IGS Mundial era uma instituição com um estatuto, etc. Então, em algum momento (como evidenciado na

mensagem de Guido Liguori mencionada) a direção dessa entidade decidiu esquecer os estatutos e a institucionalidade e virar uma associação informal? (Como afirma Guido Liguori na mensagem citada: “não me sinto para nada vinculado aos estatutos”). Eu acho que é uma coisa lamentável, mas se esse grupo dirigente decidiu tal destino, o que deveria fazer a IGS-B? A questão que se coloca então é o tipo de relação entre as organizações, uma formal, outra “quase informal”. Se não é de “representação” num marco institucional claro, o que seriam nossos “representantes” nessa associação quase informal? Obviamente não “representantes”, mas convidados individuais sem nenhum tipo de mandato nem “representação” da entidade. E que tipo de relação institucional haveria então entre as associações? Obviamente, dada a nova situação, nenhuma de tipo institucional, envolvendo algum tipo de “representação”. De outro modo a IGS-B seria uma espécie de “franquia” cujos titulares tem o direito de ditar à entidade “franquiada” seus “representantes”. Seria essa a nova situação depois dos diretivos decidirem esquecer os estatutos como associação e virarem uma “associação de natureza informal”, nos termos da mensagem do companheiro Gianni Fresu?

Uma mensagem de Guido Liguori de 27 de outubro à direção internacional compartilhada no mesmo dia na lista de discussão da IGS-B coloca mais uma vez a confusão institucional; nesta versão, os estatutos valem, mas parcialmente (não como “única forma de vida possível”). Vejamos:

Obviamente, estabelecer IGS nacionais ou regionais é uma possibilidade (prevista nos estatutos), não a única forma de vida possível da IGS. Em cada país, os membros da IGS se comportarão da maneira melhor que acharem e puderem. Espero que todas as realidades sejam o menos burocráticas possíveis, sempre baseadas na colaboração, respeitando a diversidade de contribuições, para que todos e todas possam contribuir para a causa comum (a difusão do pensamento de Gramsci) nas mais diversas formas e modos que eles escolherão livremente. Este é, pelo menos, o “estilo de trabalho” que aprendi com Joe e outros amigos e camaradas que frequentei na IGS: somos, antes de mais nada, uma associação livre de mulheres e homens livres, que desejam cooperar juntos para o propósito que mencionei, animado pela paixão e a generosidade. E possivelmente dotado de “leveza”, ironia e auto ironia”. O nosso deve ser o que sempre foi: um trabalho coletivo, não burocrático, de colaboração livre das mais diversas realidades.^{iv}

Perfeito, façamos então desse modo; quem poderia estar em desacordo nesses princípios de liberdade e autonomia? Mas, se efetivamente é uma livre associação de gramscianos livres, então qual é o sentido, da direção internacional “indicar”

unilateralmente aqueles que irão “representar” as associações nessa associação livre? Se será uma livre associação então o que corresponde é que sejam as associações nacionais as que indiquem livremente quem irá participar em seu nome dessa associação informal internacional e não indicações feitas verticalmente.

Lamentavelmente não é o que transparece na continuação da mensagem do novo presidente da IGS internacional. Diz Liguori:

Olhando para o futuro, aos poucos construiremos, com a contribuição de todas e todos, algumas hipóteses de trabalho. Entretanto, faço algumas propostas, sobre as quais peço que comentem.

Em primeiro lugar, consideremos a ampliação desta diretoria – que hoje é uma coordenação que inclui 4 italiana(o)s, 3 brasileira(o)s, 3 do mundo anglófono e um representante da Argentina, Colômbia, México – e representantes de outras realidades que se estão estruturando: por exemplo, eu proporia Romain Descendre para a França, Anxo Garrido para a Espanha (talvez até um catalão? Eventualmente irei discutir isso com ele). Acrescentaria também Gianni Fresu, presidente da IGS brasileira e preciosa “ponte” entre Brasil, Itália e ... Sardenha (pelos próximos anos pelo menos estará em Cagliari). Eu acrescentaria também outro “representante” [aspas de Liguori. RB] da Sardenha: Patrizia Manduchi. A terra de Gramsci é fundamental para nós por tantos motivos [...]

Além disso, não devemos esconder o fato de que estamos desequilibrados do ponto de vista de gênero: apenas 3 mulheres em 11. Vejo que no Brasil há muitas excelentes estudiosas, jovens e capazes, comprometidas com a IGS: devemos tomar o exemplo deles.

Ou seja, é prevista pelo novo presidente da IGS uma salutar ampliação da Diretoria internacional; mas veja-se o método da ampliação: nada de deixar à livre decisão das associações livres a participação das “realidades”: o presidente indica quem serão os novos dirigentes e solicita aos colegas da Diretoria cancelar ou não a sua proposta. Não por acaso, embora uma única vez, Liguori escreve na sua mensagem “representante” entre aspas, seguramente ciente de que não se trata de representação mas de indicação. No caso de Brasil, nos anuncia que “acrescentaria também Gianni Fresu, presidente da IGS brasileira e preciosa “ponte” entre Brasil, Itália e ... Sardenha (pelos próximos anos pelo menos estará em Cagliari)”, anunciando-nos ao mesmo tempo que nosso atual presidente será incluído para fazer uma ponte dado que “pelos próximos anos pelo menos estará em Cagliari”. Aqui a confusão alcança níveis altíssimos. Muito aser conversado.

Enfim companheiros, espero saibam desculpar o tamanho da mensagem; o tema é muito

complicado e delicado. Do mesmo modo que seguramente muitos colegas poderão pensar, eu também não acho que o assunto seja de vida ou morte para a IGS-B nem para os estudos gramscianos no mundo. É evidente que o que importa efetivamente do ponto de vista intelectual é a produção e difusão de conhecimento e do ponto de vista institucional o cumprimento efetivo de nossos objetivos fundacionais. Contudo o tema tem um impacto efetivo na vida da associação: por um lado, há em jogo “representações”, “prestígios”, etc., que devem ser adequadamente processados para evitar presentes e futuros desentendimentos deletérios; por outro lado, e seguramente ninguém é ingênuo nesta questão, há diversas interpretações do pensamento gramsciano que podem ser favorecidas ou desfavorecidas com uma ou outra decisão. Nesse sentido, é melhor afrontar as discussões abertamente no modo em que temos feito desde a fundação.

Notas [Versões originais dos textos citados]

[i] <<Art. 2 - L'associazione I. G. S. ha sede legale in Roma presso la Fondazione Istituto Gramsci, Via del Conservatorio 55, e sede scientifica presso il Dipartimento di filologia dell'Università di Notre Dame - Indiana- USA, e la possibilità di costituire rappresentanze o sezioni sia in Italia che all'estero, dietro approvazione del Consiglio Generale.>>

[ii] <<La Igs ha avuto una doppia fondazione: prima a New York (Buttigieg, Cammett e Rosengarten), poi a Roma [...]. Secondo la legge italiana si è dovuti andare da un notaio, fare uno Statuto, un Atto costitutivo, ecc. Ciò è stato fatto per ancorare la Igs alla Fondazione Gramsci, dove ancora operavano Gerratana e Santucci, e anche perché se la Igs non avesse avuto una “figura giuridica” riconosciuta in Italia non avrebbe potuto partecipare a finanziamenti ministeriali, ecc.>>

Poi la storia ha avuto una evoluzione diversa: i contrasti politici nati nel 1989 in seguito alla ipotesi di trasformare il Pci in un partito post-comunista [...], che non si attenuarono, anzi aumentarono; e le discussioni legate all'edizione nazionale [...] di fatto separarono la Igs dalla Fondazione Gramsci: si poteva continuare a lavorare per Gramsci senza litigare e senza rovinarsi la vita in continue discussioni. Fu una decisione saggia, presa tacitamente ma di comune accordo da entrambe le parti. Sappiamo che col tempo queste tensioni diminuirono, vi furono occasioni di collaborazione, ma la Igs e la Fondazione restarono, vollero concordamente restare, due entità separate, anche se non “nemiche”.

Di fatto lo Statuto italiano è stato lasciato completamente cadere e la Igs ha sempre operato come una Associazione con sede negli Stati Uniti: non solo sede scientifica, come recita l'atto costitutivo italiano, ma anche amministrativa, poiché sempre negli Stati Uniti sono state fatte le iscrizioni, trattenuti i soldi delle iscrizioni, ecc. L'atto costitutivo italiano è rimasto lettera morta, ed è stato un bene, anche perché è troppo burocratico (prevede revisori dei conti, e incontri annuali impossibili a tenersi per una associazione mondiale, ecc.).

La prima vera assemblea generale della Igs è stata tenuta a Napoli nel 1997 e non ha per nulla tenuto conto dello Statuto “italiano” [ma neanche ne ha elaborato uno nuovo] È stato eletto un coordinamento, sono stati nominati presidente e segretario, si è deciso di tenere assemblee-convegni (sempre una assemblea in occasione di un convegno) 2 volte ogni dieci anni: negli anni “gramsciani”: ...1 e ...7 di ogni decennio, anno della nascita e anno della morte. Infatti, dopo Napoli, sono stati realizzati incontri a Rio (2001), Ghilarza (2007), Campinas (2017). Intanto era sorta la Igs Italia (anche questa costituita ufficialmente, per poter ricevere finanziamenti), e questo fatto della nascita delle

“sezioni nazionali” (già previste dallo Statuto italiano, cambiò ulteriormente il nostro modus operandi.

La scomparsa di Joe ha ovviamente sconvolto questo percorso. Io personalmente ritengo che si possa aspettare il 2021 per discutere democraticamente, tutti insieme coi “militanti” della Igs mondiale che potranno essere presenti, il futuro della nostra associazione e anche l'elezione di un presidente, un vicepresidente e un segretario, oltre che di un Direttivo. Possiamo porre la questione già ora al Direttivo attualmente in carica, però. In ogni caso, non mi sentirei per nulla vincolato allo Statuto italiano. Si potrebbe nel frattempo mettere a punto un nuovo Statuto, ma in forma più semplice, secondo il diritto statunitense, per ciò che concerne quelle che in Italia si chiamano “associazioni senza fini di lucro”, cioè associazioni no profit, o simili.

Intanto c'è, come ti accennai poco tempo fa, una “stazione” intermedia: il convegno di Marilia a inizio del prossimo settembre, al quale saranno presenti almeno 5 dei 14 componenti del Direttivo. Me escluso: io ancora non so se potrò andarvi. Ma chi vi andrà, del nostro Direttivo (ed è comunque un nuovo significativo), può forse iniziare a discutere collegialmente di questa situazione, di queste ipotesi e del futuro della Igs. A tal scopo, forse potrei girare al Direttivo questa mia mail: che ne pensi?>>

[iii] <<Several years ago I asked Joe for a copy of the IGS constitution, and he sent me the italiano Statuto della IGS. He did not explain that it was no longer valid or that it had been completely dropped. Obviously, I knew we were not following it, but I now I know why.>>

After the assemblea generale in Napoli in 1997 was a new statuto or constitution adopted? Or was structure of the IGS informally adopted?

We need to re-establish the IGS as a non-profit organization in the US. This is because the documents have been lost. At some point in the 1990s, Joe and John Cammett filed the legal documents for non-profit status, but I do not have them. I asked Anne (Joe's wife) to look for them, and she cannot find any documents for the IGS, unfortunately.

Because of a new banking law, PayPal requested the founding documents (lo Statuto) to verify the existence of the IGS. So we will need a new lo Statuo for the purpose of banking. I will consult an accountant (contabile o ragioniere) to see how to move forward.>>

[iv] <<Ovviamente quella di costituire IGS nazionali o di area è una possibilità (prevista dagli statuti), non l'unica possibile forma di vita della IGS. In ciascun Paese gli iscritti alla IGS comporteranno come meglio credono e possono. Spero che tutte le realtà siano le meno burocratiche possibili, sempre basate sulla collaborazione, rispettose delle diversità degli apporti, in modo che tutte e tutti possano contribuire alla causa comune (la diffusione del pensiero di Gramsci) nelle forme e nei modi più diversi che essi liberamente sceglieranno. Questo almeno è lo “stile di lavoro” che ho appreso da Joe e dagli altri amici e compagni che ho frequentato nella IGS: siamo in primo luogo una libera associazione di donne libere e di uomini liberi, che vogliono cooperare insieme per lo scopo che ho detto, animati da passione e generosità. E possibilmente dotati di “leggerezza”, ironia e autoironia.” Il nostro deve essere ciò che è sempre stato: un lavoro collettivo, non burocratico, di libera collaborazione delle realtà più diverse>>

[v] <<Venendo al futuro, costruiremo pian piano, con il contributo di tutte e tutti, alcune ipotesi di lavoro. Io avanzo intanto un paio di proposte, su cui vi prego di pronunciarvi.>>

In primo luogo, valutiamo se allargare questo direttivo - che è oggi un coordinamento che comprende 4 italiane/i, 3 brasiliane/i, 3 provenienti dal mondo anglofono e un rappresentante ciascuno per Argentina, Colombia, Messico - a rappresentanti di altre realtà che si stanno strutturando: ad esempio io proporrei Romain Descendre per la Francia, Anxo Garrido per la Spagna (forse anche catalano? ne parlerò eventualmente con lui), Ingo Lauggas per il Reich austro-tedesco (scherzo...). Aggiungerei anche Gianni Fresu, presidente della IGS brasiliana e prezioso “ponte” tra Brasile, Italia e... Sardegna (per i prossimi anni almeno sarà a Cagliari). Aggiungerei anche un'altra “rappresentante” [aspas de Liguori] della Sardegna: Patrizia Manduchi. La terra di Gramsci è per noi fondamentale per tanti motivi...

Non dobbiamo inoltre nasconderci che siamo squilibrati dal punto di vista del genere: appena 3 donne su 11. Vedo che in Brasile ci sono molte brave studioso, giovani e capaci, che si impegnano nella Igs: dobbiamo prendere esempio da loro.>>